

## Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	10
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	13
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	14
2.5 Medições não contábeis	15
2.6 Eventos subsequentes as DFs	17
2.7 Destinação de resultados	18
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	20
2.10 Planos de negócios	21
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	23
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	24
5.2 Descrição dos controles internos	32
5.3 Programa de integridade	35
5.4 Alterações significativas	38
5.5 Outras informações relevantes	39

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras (contábeis) individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e registradas na CVM, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e informações financeiras trimestrais de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

### (a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os resultados apresentados pela Companhia acompanham o calendário safra, já que é o calendário seguido pelo setor sucroenergético. Assim, o exercício fiscal compreende o período entre 1º de abril a 31 de março de cada ano. A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações atuais de curto, médio e longo prazo. Acreditamos que a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de março de 2023, a Companhia possuía em seu ativo circulante um total de R\$ 409 milhões, diminuição de 2% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, as principais variações para essa redução são o aumento de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 24 milhões, compensado com redução do contas a receber devido a melhora dos índices de inadimplência e reclassificação de recebíveis para o longo prazo no montante de R\$ 35 milhões. O passivo circulante, em 31 de março de 2023, totalizava R\$ 87,8 milhões, redução de 23% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

obrigações de curto prazo, estava em 4,7. A Companhia liquidou o saldo do contrato de financiamento celebrado pela Companhia com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”), em dezembro de 2022.

Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía em seu ativo circulante um total de R\$ 416,1 milhões, aumento de 13% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021, principalmente em função do recebimento de royalties decorrentes do aumento da área faturada, e adicionalmente um maior plantio de variedades de maior preço resultando em R\$ 205,3 milhões em caixa e equivalentes de caixa e R\$ 146,3 milhões em aplicações financeiras da Companhia. O passivo circulante, em 31 de março de 2022, totalizava R\$ 114,1 milhões, aumento de 2% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 3,6. Adicionalmente, o endividamento de curto prazo, que corresponde às 12 próximas parcelas do contrato de financiamento celebrado pela Companhia com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”), está em 100% devido ao fim do endividamento, previsto para dezembro de 2022.

(Em milhares de reais)	31/03/2023	31/03/2022
Total do Ativo Circulante	409.022	416.185
Caixa e equivalentes de caixa	233.787	205.365
Total do Passivo Circulante	87.823	114.126
Liquidez corrente <sup>(1)</sup>	4,7	3,6
Liquidez Geral <sup>(2)</sup>	4,1	3,5

(Em milhares de reais)	31/03/2020	31/03/2022
Empréstimos e financiamentos passivo circulante	-	16.190
Empréstimos e financiamentos passivo não circulante	-	-
Endividamento total	-	16.190
% Dívida Curto Prazo / Total da Dívida <sup>(3)</sup>	-	100%

<sup>(1)</sup> O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

<sup>(2)</sup> O índice de liquidez geral corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante e não circulante pelo o passivo circulante e não circulante.

<sup>(3)</sup> Percentual de dívida de curto prazo, corresponde ao quociente da divisão dos empréstimos e financiamentos circulante pelo endividamento total.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (b) Estrutura de capital

A Administração entende que a atual estrutura de capital do CTC apresenta capacidade suficiente para financiar seus projetos e seu crescimento. A Administração informa que os empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes) em 31 de março de 2023 estavam liquidados, em 31 de março de 2022 totalizavam R\$16.190 mil.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2023 era de R\$ 862.600 mil, o que representa crescimento de 14,8% em relação ao patrimônio líquido de R\$791.123 mil em 31 de março de 2022.

A movimentação do patrimônio líquido no exercício de 31 de março de 2023 foi decorrente do lucro líquido no montante de R\$ 91.437 mil, sendo destinado R\$ 4.572 mil para reserva legal, R\$ 65.149 mil para reserva estatutária e R\$ 21.716 mil para pagamento de dividendos.

Na visão da Administração, em 31 de março de 2023, a Companhia possuía uma estrutura de capital adequada entre capital próprio e capital de terceiros, condizente com suas atividades e plano estratégico, conforme tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	31/03/2023	31/03/2022
Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	120.909	138.388
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	862.600	791.123
<b>Capital Total</b>	<b>983.509</b>	<b>929.511</b>
% de Capital de Terceiros	12%	15%
% de Capital Próprio	88%	85%

### (c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nível zero de endividamento do CTC, devido a liquidação de contrato de financiamento celebrado com a FINEP, a Administração entende que a Companhia tem linha de produto geradora de caixa, liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos períodos. Caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e aquisições da Companhia, a Administração acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

O endividamento da Companhia é composto pelas linhas do passivo de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, sendo:

- Liquidez Geral: (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante).
- Liquidez Corrente: a razão entre ativo circulante (direitos a curto prazo) e passivo circulante (dívidas a curto prazo).

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de março de 2023, os índices de liquidez geral e corrente foram de 4,1 e 4,7, respectivamente. Os maiores impactos para o aumento do índice de liquidez corrente da Companhia, quando se compara a posição de 31 de março de 2023 com a posição no exercício social encerrado em 31 de março de 2022, deu-se principalmente pelo aumento de saldos em caixa e equivalentes de caixa originados de uma maior geração de caixa no exercício. Para a liquidez geral, o aumento do índice de 31 de março de 2023 para final do exercício de 2022 deu-se pela redução do endividamento total somado ao aumento de saldos em caixa e equivalentes de caixa.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu integralmente seus compromissos financeiros.

### (d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Administração destaca que a fonte de financiamento da Companhia foi destinada, atualmente, exclusivamente aos projetos e investimentos em laboratórios e equipamentos para os mesmos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022 foi mantido o financiamento anteriormente contratado por meio de linhas de crédito subsidiadas por agências de fomento à inovação e desenvolvimento, como FINEP. Por outro lado, são mantidas linhas de crédito aprovadas em bancos de primeira linha, as quais ainda não foram utilizadas.

A linha da FINEP que foi totalmente amortizada na safra 22/23 era pré-fixada em 4% a.a. e a Companhia, com período de amortização de 10 (dez) anos. Essa linha de crédito financiou até 90% dos desembolsos totais dos projetos.

A Administração acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### (e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data do Formulário de Referência, a Administração entende que os recursos atuais são suficientes para o cumprimento de suas obrigações. O capital de giro tem sido financiado integralmente pela geração de caixa. Além disso, a Companhia possui acesso a linhas de crédito em bancos de primeira linha para eventuais necessidades de caixa, sendo que, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende usá-las.

Informações detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas, com discriminação de valores, taxas e prazos de vencimento, são apresentadas na alínea f do item 2.1 do Formulário de Referência.

### (f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, o capital de terceiros (Passivo circulante mais passivo não circulante) da Companhia foi de R\$ 120.909 mil e R\$ 138.388 mil, respectivamente. No que se refere à linha de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia, o montante estava totalmente amortizado em 31 de março de 2023 e R\$ 16.190 mil em 31 de março de 2022.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, os saldos de empréstimos e financiamentos representavam captações junto a FINEP e BNDES para desenvolvimento

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

tecnológico.

O Contrato de Financiamento com a FINEP foi celebrado em 11 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 227.584 mil, com vencimentos entre 15 de dezembro de 2015 e 15 de dezembro de 2022.

### (i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia têm as seguintes características, conforme demonstrações financeiras de 31 de março de 2023 e 2022.

(Em R\$ mil)			Vencimento		Garantias	Saldo devedor	
Modalidade	Moeda	Encargos	de	até		Em 31/03/2023	31/03/2022
FINEP	R\$	4% a.a.	2013	2022	Fiança bancária	-	16.190
BNDES	R\$	4% a.a.	2013	2022	Fiança bancária	-	-
BNDES	R\$	TJLP	2013	2023	Fiança bancária	-	-
<b>TOTAL</b>						-	<b>16.190</b>
Circulante						-	16.190
Não circulante						-	-

### FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

O Contrato de Financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, foi celebrado em 11 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 227,6 milhões e com vencimentos entre 15 de dezembro de 2015 e 15 de dezembro de 2022. Os recursos foram destinados para aquisição de maquinários, equipamentos, obras civis, pagamento de equipe, consultorias, despesas de viagem e serviços de terceiros, com a finalidade de avançar nos projetos de Biotecnologia, Sementes Artificiais, Melhoramento Genético convencional, Biomassa e Etanol Celulósico (no projeto de Etanol Celulósico, referem-se a despesas de operação não previstas no contrato do BNDES descrito acima). Os desembolsos da FINEP foram efetuados em “tranches” e de acordo com o cronograma de desembolsos da Companhia.

O contrato foi totalmente amortizado na safra 22/23.

### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, nos dois últimos exercícios sociais, a Companhia não manteve outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que, durante os dois últimos exercícios sociais, não existiu grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, em 31 de março de 2023, a Companhia não possuía qualquer contrato de financiamento com cláusulas restritivas (covenants financeiros).

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

As fianças bancárias que garantem alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para esse tipo de operação.

Além disso, a Companhia não possui obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de índices financeiros, operacionais e performance financeira e, portanto, não há exigibilidade de cumprimento de covenants.

### (g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os Diretores da Companhia informam que foram utilizados, nos últimos dois exercícios sociais, recursos provenientes das linhas de crédito para pesquisa e desenvolvimento financiados pela FINEP e pelo BNDES. Os recursos foram liberados conforme cronograma físico-financeiro de cada projeto ou conforme comprovação de gastos, não havendo saldo remanescente a ser liberado. Todos os financiamentos já contratados foram utilizados.

### (h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

#### **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

#### **EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2022**

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>AV</b>	<b>31/03/2022</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Receita líquida	367.142	100%	421.455	100%	-13%
Custos de pesquisa e serviços prestados	-155.343	-42%	-137.369	-33%	13%
Lucro bruto	211.799	58%	284.086	67%	-25%
Despesas administrativas e com vendas	-105.610	-29%	-95.524	-23%	11%
Outras receitas (despesas) operacionais	-13.552	-4%	-3.302	-1%	310%
Despesas operacionais	-119.162	-32%	-98.826	-23%	21%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	92.637	25%	185.260	44%	-50%
Resultado financeiro, líquido	45.155	12%	15.593	4%	190%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	137.792	38%	200.853	48%	-31%
Imposto de renda e contribuição social	-46.355	-13%	-66.850	-16%	-31%
Lucro líquido do período	91.437	25%	134.003	32%	-32%

#### ***Receita líquida***

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 367,1 milhões comparativamente a R\$ 421,4 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 54,3 milhões ou 13%, sendo a receita líquida do período formada pelo *royalty* de

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

licenciamento de tecnologia. A redução é decorrente do término da vigência da patente e consequente direito a cobrança de royalties de algumas variedades compensadas por um maior plantio de variedades de maior preço, variedades elite e variedades geneticamente modificadas. A área faturada reduziu de aproximadamente 1,82 milhão de hectares no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 para 1,16 milhão de hectares no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, já o *market share* de plantio no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 atingiu 34% em variedades CTC, de acordo com informações da Companhia. Como o CTC reconhece a receita de *royalties* no ano subsequente ao do plantio o aumento do *market share* tem efeito no encerramento do exercício em 31 de março de 2023.

A Receita da Companhia para o ano é calculada com base no número de hectares de variedades CTC plantadas nos clientes multiplicada pelo preço estabelecido em contrato. Esse valor é reconhecido em base mensal e eventuais ajustes advindos de verificação de divergência entre a área considerada para fins de faturamento e a área identificada no campo, através dos procedimentos de aplicação, é registrado com efeitos prospectivos, dentro da safra. Ainda, a receita de *royalties* – terceiros reduziu de R\$ 138,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 para R\$ 108,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, enquanto a receita de *royalties* – partes relacionadas reduziu de R\$ 303,7 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2022 para R\$ 265,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

### ***Custo de pesquisa e Serviços Prestados***

O custo de pesquisa e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 155,3 milhões comparativamente a R\$ 137,4 milhões no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 18,0 milhões, ou 13%. Este aumento é atribuído substancialmente ao custo de materiais e serviços aplicados em pesquisa.

### ***Lucro bruto***

Como resultado do disposto acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 211,8 milhões comparativamente a R\$ 284,0 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 72,3 milhões ou 25%.

### ***Despesas administrativas e com vendas***

As despesas administrativas e com vendas no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foram de R\$ 105,6 milhões comparativamente a R\$ 95,5 milhões no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 10,0 milhões ou 11%. O item despesas administrativas e com vendas representou 29% e 23% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído ao retorno das atividades pós pandemia e consequente crescimento dos desembolsos.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais***

As outras receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 somam uma despesa de R\$ 13,5 milhões comparativamente a despesa de R\$ 3,3 milhões no mesmo período de 2022. Este aumento das despesas é atribuído substancialmente a contabilização de benefícios pós emprego e a perdas sobre créditos reconhecidas no exercício social encerrado em 31 de março de 2023.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### ***Despesas operacionais***

Como resultado do disposto acima, as despesas operacionais no exercício social encerrado 31 de março de 2023 foram de R\$ 119,1 milhões comparativamente a R\$ 98,8 milhões no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 20,3 milhões ou 21%. Esta variação é reflexo do retorno as atividades pós pandemia e impacto do reconhecimento de benefícios pós emprego e de perdas sobre créditos mencionados acima.

### ***Resultado financeiro, líquido***

- (i) O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 45,1 milhões comparativamente a R\$ 15,5 milhões no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 29,6 milhões. Resultado financeiro, líquido representou 12% e 4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao alto rendimento dos investimentos em renda fixa do período, as aplicações são realizadas em CDB em bancos de primeira linha, e rendimento pré-fixado em CDI.

### ***Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social***

Como resultado do disposto acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 137,8 milhões comparativamente a R\$ 200,8 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 63,0 milhões ou 31%.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 46,3 milhões comparativamente a R\$ 66,8 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 20,5 milhões ou 31%. O imposto de renda e contribuição social representou 13% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Esta redução é atribuída substancialmente a redução do lucro tributável do período que variou de R\$ 200,8 milhões para R\$ 137,8 milhões, impactado pela redução do resultado operacional.

### ***Lucro líquido do período***

Como resultado do disposto acima, o lucro no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 91,4 milhões comparativamente a R\$ 134,0 milhões no exercício social de 2022, o que representou uma redução de R\$ 42,6 milhões ou 32%.

## **FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	31/03/2023	31/03/2022
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	148.411	130.625
Caixa líquido proveniente das (utilizados nas) nas atividades de investimento	-61.129	-71.080
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de	-59.168	-66.385

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financiamento		
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa equivalentes de caixa	308	-1.079
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	28.422	-7.919

### EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2022

#### ***Caixa líquido proveniente das atividades operacionais***

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 148,1 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2023, comparado com um caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$ 130,6 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Esse aumento de R\$17,8 milhões, ou 14%, é justificado pela redução de clientes a receber com efeito suavizado pela redução de receitas e consequente redução pagamento de impostos dentro do período.

#### ***Caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades de investimento***

O caixa líquido utilizados nas atividades de investimento totalizou R\$ 61,1 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2023, comparado a um caixa líquido utilizados nas atividades de investimento de R\$ 71,0 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Essa variação de R\$ 9,9 milhões, ou 14%, é justificada pela suavização das variações em aplicações financeiras, que representam o caixa não consumível em meses seguintes, antes classificados como caixa e equivalentes de caixa.

#### ***Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento***

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 59,2 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2023, comparado a um caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 66,3 milhões para o exercício social encerrado em 31 de março de 2022. Esse aumento de R\$ 7,2 milhões, ou 11%, deve-se ao maior pagamento de dividendos impactados a um menor volume de amortização de empréstimos e financiamento pela quitação do saldo de empréstimo com o FINEP em dezembro de 2022 pela Companhia.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### (a) Resultados das operações do emissor

#### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- ✓ Receitas de royalties
- ✓ Partes relacionadas outras
- ✓ Receita de Cana Moagem – cana-de-açúcar dos polos de pesquisa que podem ser destinadas a venda para moagem;

A Companhia classifica seus produtos conforme descrito abaixo. Adicionalmente, na tabela abaixo, informamos a participação na receita oriundo de cada um destes:

- ✓ Variedades Convencionais – CTC 13 a 26;
- ✓ Variedades Premium (Elites) – CTC Serie 9000 – CTC 9001 a CTC 9007 (9001, 9002, 9003, 9004M, 9005HP, 9006 e 9007); e
- ✓ Variedades Geneticamente Modificadas – 9001 Bt e CTC 20 Bt

Variedades Safra 22/23 (faturado até 31 de março de 2023)	Fim da Proteção/ + 1 ano faturável	Área faturável para a safra 2022/2023 (HA)	Preço Médio (R\$/HA)
CTC15	02/2024	30.467	221
CTC20	10/2025	57.530	221
CTC22994	04/2035	44.199	221
CTC961007	04/2035	28.148	221
CTC9000	04/2028	737.516	347
CTC9004M	02/2031	60.753	347
CTC9006	02/2035	21.968	347
CTC9005HP	02/2031	45.331	414
CTC9001Bt	12/2038	13.448	636
CTC20Bt	06/2032	7.969	509
	<b>Área das Principais Variedades</b>	1.047.330	
	<b>Área Total Faturada</b>	1.163.341	
	<b>Percentual das Principais Variedades</b>	90,03%	

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Deduções das Receitas Impostos Incidentes: PIS e COFINS sobre *royalties* de licenciamento de tecnologia. Contabilização / Reconhecimento da Receita: Os *royalties* devem ser apropriados ao resultado de acordo com os termos do contrato e devem ser usualmente reconhecidos nessa base. O contrato de licenciamento da Companhia dá direito ao uso da variedade plantada em cada ano safra, por isso há a linearização da receita em 12 meses. Assim, todo ano a receita será corrigida via contrato pelo indexador IPCA (majoritariamente para alguns clientes ainda é aplicado o IGP-M) e pelo censo informado pelo cliente, revisado e validado pela Companhia. A cada novo censo a receita é linearizada (por 12 meses- no ano societário safra) de acordo com a informação recebida dos clientes.

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023 e 2022 foi advinda de operações de licenciamento de tecnologia, principalmente de variedades de cana.

Em aderência às normas brasileiras e internacionais de contabilidade, a Companhia não reconhece a receita de clientes cujo recebimento não é esperado (IFRS 15 / CPC 47), mas o faturamento é devido por força contratual. Clientes cujo faturamento é reconhecido e o *default* ocorre durante a safra, têm sua perda contabilizada como provisão para perda de devedores duvidosos.

Em 31 de março de 2023, o valor não reconhecido de receita de clientes era de R\$ 5,0 milhões, ou 1 % do faturamento de *royalties*. Em 31 de março de 2022, o valor não reconhecido de receita de clientes era de R\$ 4,7 milhões, ou 1% do faturamento de *royalties*. A contrapartida do não reconhecimento de receita e da provisão para perda de devedores duvidosos são contabilizados na rubrica no contas a receber.

Não houve fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia.

### (iii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia correspondentes à análise dos componentes importantes da receita e fatores que afetaram ou podem afetar materialmente os resultados da Companhia. Nos itens 2.2(b) e 2.2(c), em conjunto, são comentados as variações e/ou impactos de condições macroeconômicas, em que os principais fatores são: preços dos insumos (atrelados ao dólar) utilizados, taxas de câmbio, inflação, taxa de juros e sazonalidade por conta de uma estiagem ou excesso de chuva que possa adiar ou dificultar o plantio em determinadas épocas do ano, em relação aos nossos clientes.

A Administração baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras, na mesma base em que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "*Royalties*", provenientes de variedades de cana-de açúcar até 31 de março de 2023, como definido pelo pronunciamento técnico CPC 22.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

O crescimento da receita dá-se tanto pela crescente adoção das variedades CTC pelo mercado, ou seja, aumento do *market share*, quanto pela maior participação de produtos de maior valor agregado no mix e aplicação de índice de correção inflacionária. As receitas operacionais relacionadas a *Royalties* de Variedades de Melhoramento Varietal da Companhia são indexadas ao IPCA a partir da safra 21/22.

O quadro a seguir demonstra a origem das receitas relevantes da Companhia nos últimos três anos por tipo de produto final:

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

R\$ mil	31/03/2023	31/03/2022
Receitas de <i>Royalties</i> de Material Genético	373.778	441.955
Outras receitas operacionais	27.844	20.376
Impostos	(34.480)	(40.876)
<b>Total</b>	<b>367.142</b>	<b>421.455</b>

A principal variação deu-se nas receitas de *royalties* de variedade no segmento de Melhoramento Genético, o que caracteriza o aumento da adoção das variedades licenciadas pela Companhia. Os impostos incidentes acompanham esta receita e são formados basicamente pelo PIS e COFINS.

### (b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A variação na receita de *royalties* da Companhia no período em questão deu-se devido ao término da vigência da patente e consequente direito a cobrança de *royalties* das variedades CTC1 a CTC12 suavizadas pela correção de seus contratos pelo índice IPCA e Mix de produtos acordados. A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2023 foi de R\$ 367.142 mil, em 31 de março de 2022 foi de R\$ 421.455 mil, representando redução de 13% entre 2023 e 2022.

	IPCA
31/03/2023	4,65%
31/03/2022	11,29%

A partir de março de 2021, os contratos passaram a ser corrigidos pelo IPCA.

### (c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O Resultado Operacional da Companhia não foi afetado por variações relevantes de preços de insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros. Considerando que a atividade da Companhia é voltada para pesquisa e desenvolvimento, tais fatores têm pouca influência sobre o resultado operacional. A inflação medida pelo IPCA é, no entanto, a partir da safra 21/22, referência para a correção do preço de *royalties* cobrado pelo CTC.

O aumento dos Custos de P&D, produtos vendidos e serviços prestados, quando comparado o exercício social encerrado em 31 de março de 2023 com o encerrado em 31 de março de 2022, ocorreu devido a retomada integral das atividades e processos relacionados ao P&D. Para as despesas administrativas, os maiores dispêndios foram ocasionados pela retomada das contratações e considerando a adequação da Companhia aos padrões de *compliance* e governança corporativa e reestruturação interna das áreas de Recursos Humanos, Financeira e Planejamento Estratégico, demandados de uma empresa de capital aberto categoria A, que tem sido adotada desde 2019.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### **(a) a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos**

Não aplicável, tendo em vista que não houve alteração de norma contábil com efeito significativo para o exercício atual e comparativo.

### **(b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

A Administração informou que não houve qualquer ressalva ou ênfase de nossos auditores com relação às Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de março de 2023, 2022 e 2021.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### (a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023, 2022 e 2021.

### (b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, tendo em vista que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023, 2022 e 2021.

### (c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não houve operações ou eventos não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2023, 2022 e 2021.

## 2.5 Medições não contábeis

### (a) informar o valor das medições não contábeis

A administração da Companhia entende que as medições não contábeis apresentadas abaixo representam as especificidades do negócio e são medições úteis para o entendimento de seus negócios e de sua geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, utilizadas por sua administração para avaliação do desempenho da Companhia.

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

Exercício encerrado em 31 de março de (Em milhões de reais)		
	31/03/2023	31/03/2022
EBITDA	130.964	217.428
EBITDA Ajustado	144.516	220.733
Margem EBITDA	35,67%	51,6%
Margem EBITDA Ajustado	39,36%	52,4%
Dívida Líquida	(375.917)	(335.475)
Índice de Dívida Líquida	-44%	-42%

### (b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do lucro líquido da Companhia para o EBITDA, EBITDA Ajustado, bem como Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado para os exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022:

#### EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado

Exercício encerrado em 31 de março de (Em milhões de reais, exceto %)		
	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido do exercício	91.437	134.003
(±) Imposto de renda e contribuição social	46.355	66.850
(±) Resultado financeiro líquido	(45.155)	(15.593)
(+) Depreciação e amortização	38.327	32.168
<b>EBITDA</b>	<b>130.964</b>	<b>217.428</b>
Receita Operacional Líquida	<b>367.142</b>	<b>421.455</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>35,67%</b>	<b>51,60%</b>
(-) Outras despesas ou (receitas) operacionais <sup>(1)</sup>	(13.552)	(3.302)
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>144.516</b>	<b>220.733</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>39,36%</b>	<b>52,40%</b>

(1) Outras despesas (receitas) operacionais representam, em 31 de março de 2023 perda com títulos de clientes no valor de R\$7.950 e assistência médica pós-emprego no valor de R\$5.980 compensados a outras receitas inclusive na venda de ativos no valor de R\$378, em 31 de março de 2022 perda com títulos de clientes no valor de R\$8.665 mil e outras receitas com venda de ativos no valor de R\$ 5.363.

#### Dívida Líquida e Índice da Dívida Líquida

A Dívida Líquida é representada pela soma dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante menos caixa e equivalentes de caixa, e aplicação financeiras de curto e longo prazo. O índice da dívida líquida é obtido pela



2.5 Medições não contábeis

divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

A seguinte tabela apresenta uma reconciliação da nossa Dívida Líquida em 31 de março de 2023 e 2022, bem como o Índice da Dívida Líquida para esses períodos:

(em milhares de Reais, exceto índices)	Em 31/03/2023	Em 31/03/2022
(+) Empréstimos e financiamentos (Circulante e Não Circulante)	-	16.190
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e aplicação financeira (circulante e não circulante)	(375.917)	(351.665)
<b>Caixa Líquido</b>	<b>(375.917)</b>	<b>(335.475)</b>
Patrimônio Líquido	862.600	791.123
<b>Índice da Dívida Líquida</b>	<b>-43,58%</b>	<b>-42,40%</b>

**(c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

**EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado**

A administração da Companhia entende que as medições não contábeis apresentadas representam as especificidades do negócio e são medições úteis para o entendimento de seus negócios e de sua geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, utilizadas por sua administração para avaliação do desempenho da Companhia.

**Dívida Líquida e Índice da Dívida Líquida**

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida e do Índice da Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

Durante o exercício de 31 de março de 2023, nenhum evento subsequente relevante foi reportado.

## 2.7 Destinação de resultados

	31/03/2023
<b>(a) Regras sobre retenção de lucros</b>	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e com o nosso Estatuto Social (art.30), o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) 5% deverá ir para a constituição de Reserva Legal, até atingir 20% do nosso capital social; (ii) o necessário, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) o valor necessário para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 27 do nosso Estatuto Social. A Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório entre todas as ações, em cada exercício social, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a competência para deliberar sobre retenção de lucros é dos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária.
<b>(a.i) Valores sobre retenção de lucros</b>	Em 31 de março de 2023, a Companhia reteve a título de: Reserva legal: R\$ 4,6mi, que consiste em 5% no lucro líquido do exercício. Reserva Estatutária: R\$ 65,1 mi, que consiste em 71% do lucro líquido do exercício.
<b>(b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após constituição da reserva legal.
<b>(c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Ao fim de cada exercício social, e no último dia de cada trimestre civil, serão levantadas as demonstrações financeiras previstas nas disposições legais em vigor. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais, semestrais ou trimestrais, que serão considerados antecipação do dividendo mínimo obrigatório.
<b>(d) Restrições à distribuição de dividendos</b>	Estão sujeitas a veto da BNDESPAR as seguintes matérias relacionadas à distribuição de dividendos: (a) redução do dividendo anual obrigatório ou distribuição de dividendos em montante inferior ao dividendo anual obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, bem como retenção de lucro da Companhia após o término do período de quatro anos a contar da data de assinatura do referido Acordo de Acionistas, sendo certo que durante esse período inicial de quatro anos a BNDESPAR não terá o direito a veto em relação a retenção de lucro da Companhia.
<b>(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	Em 17/06/2021 foi aprovada dita política pelo Conselho de Administração, estando a mesma disponível no site <a href="http://ri.ctc.com.br/">http://ri.ctc.com.br/</a>

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

A Administração esclarece que, no último exercício social, não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

A Administração esclarece que, no último exercício social, não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

A Administração esclarece que, no último exercício social, não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras Companhia.

**(iv) Contratos de construção não terminada**

A Administração esclarece que, no último exercício social, não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Administração esclarece que, no último exercício social, não há contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Administração esclarece que, no último exercício social, não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui itens não evidenciados nas suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

2.10 Planos de negócios

(a) Investimentos

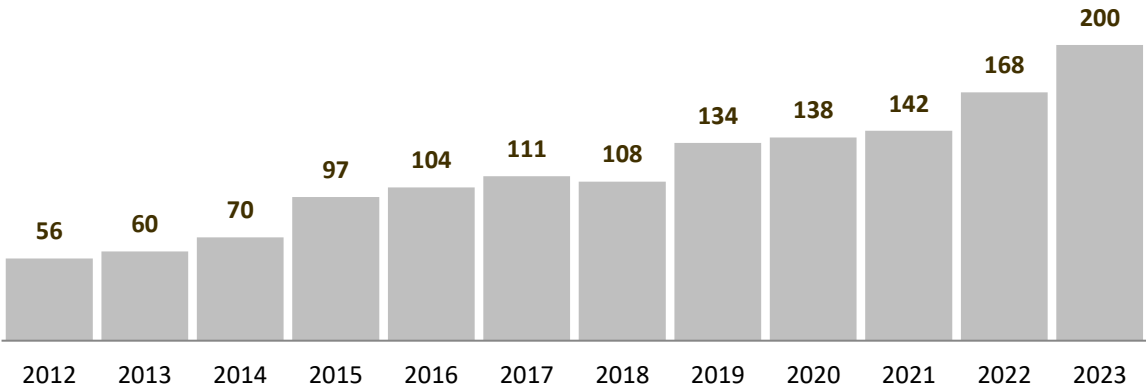
(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Os diretores informam que no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento que podem afetar a rubrica de intangível e Custo de Pesquisa e Desenvolvimento foram de aproximadamente R\$ 200 milhões. Os projetos contemplados com estes dispêndios foram o melhoramento genético convencional, biotecnologia, sementes artificiais e edição genômica.

Da safra 11/12 até a safra de 22/23, foram investidos em Pesquisa e Desenvolvimento (Intangível, Imobilizado e Custo de Pesquisa e Desenvolvimento) o montante aproximado de R\$ 1.332 milhões.

Os diretores informaram que na safra 2022/2023 os investimentos foram concentrados na aquisição de equipamentos para o projeto de sementes sintéticas, laboratórios de biotecnologia (celular, biologia da planta, entomologia, edição genômica e outros), melhoria nos laboratórios de melhoramento genético convencional, entre outros. Tais investimentos foram da ordem de aproximadamente R\$ 14 milhões. Além do investimento em imobilizado em P&D a Companhia possui outros projetos relacionados a Tecnologia da Informação e Infraestrutura de polos e área comercial na ordem de R\$ 2 milhões.

Investimentos em P&D



(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os diretores informaram que os investimentos, foram e serão financiados por meio de recursos das agências de financiamento, tais como FINEP, além de recursos próprios obtidos pela geração operacional de caixa e por aporte dos acionistas no aumento de capital.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, não existia desinvestimentos em andamento ou previsão de desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não existia previsão de aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que pudessem influenciar materialmente a capacidade da Companhia.

## 2.10 Planos de negócios

### (c) Novos produtos e serviços

#### (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os diretores informaram que os novos desenvolvimentos de maior relevância foram os relacionados à transgenia e sementes artificiais.

#### (ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Os diretores informaram que os montantes envolvidos no desenvolvimento de novos produtos em andamento no exercício social encerrado em 31 de março de 2023, correspondem à aproximadamente R\$ 200 milhões, entre despesas e investimentos(intangível e custo dos projetos).

O CTC é uma empresa de biotecnologia – um dos mais renomados centros de tecnologia aplicada à cana-de-açúcar do mundo - e, portanto, suas atividades se baseiam na pesquisa e desenvolvimento, atividade para a qual são basicamente destinados seus investimentos. Para desenvolver seus produtos, a Companhia conta com equipe altamente especializada e capacitada em melhoramento genético e biotecnologia.

#### (iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item "c.i." acima.

#### (iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item "c.ii." acima.

### (d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Nossas tecnologias são alinhadas com a agenda de sustentabilidade do setor, uma vez que variedades com maior produtividade evitam a expansão da área de cultivo e permitem a redução de insumos agrícolas (fertilizantes, diesel, químicos, etc). O aspecto de sustentabilidade é intrínseco ao nosso negócio, dado que as tecnologias que produzimos contribuem para o tema no setor.

**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

Não existem outros fatores com influência relevante.



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Empresariais ("Política de Gestão de Riscos"), que foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de junho de 2021 e é aplicável a toda Companhia e suas controladas que, direta ou indiretamente, participam do processo de gestão de riscos.

### (b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo orientar todos os colaboradores da Companhia quanto às ações que visam reduzir as exposições aos riscos (incertezas), com o objetivo de assegurar que a identificação, análise, avaliação e gerenciamento dos riscos sejam realizados de acordo as necessidades e melhores práticas estabelecidas pela Companhia, aumentando a probabilidade de atingimento de metas de curto, médio e longo prazo.

Além disso, a Política de Gestão de Riscos descreve: (i) a sua abrangência e aplicação, (ii) os conceitos de riscos utilizados pela Companhia, (iii) as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos aos quais a Companhia está exposta; (iv) a tipologia de riscos; (v) o modelo de gestão de riscos empresariais; e (vi) os papéis e responsabilidades dos principais agentes envolvidos neste processo.

#### (i) Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são divididos em 4 (quatro) categorias. A descrição dada para os referidos riscos abrange os fatores descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência:

a) Riscos Estratégicos: riscos associados às decisões estratégicas da alta administração da Companhia que visam atingir seus objetivos de negócios, assegurando a capacidade ou habilidade em proteger-se ou adaptar-se às mudanças do ambiente que ela esteja inserida.

b) Riscos Financeiros: riscos que possam afetar as operações financeiras da Companhia, incluindo riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

c) Riscos Regulatórios/Legais e de Biossegurança: riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que se pode sofrer como resultados de falhas no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta, corrupção e fraude, dentre outros. Riscos de biossegurança estão relacionados à possibilidade de suas atividades, processos e produtos oferecerem perigo ao meio ambiente e à saúde humana e animal.

d) Riscos Operacionais: os riscos operacionais referem-se às possíveis perdas de eficiência e eficácia das operações da organização. Estão ligados a tecnologia da informação, socioambiental e de projetos.

#### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

De acordo com a Política de Gestão de Riscos, a Companhia possui um modelo de gestão de riscos empresariais que conta com as seguintes atividades:

- Definir Contexto

Anualmente, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva definem as metas (de curto e médio prazo) e os objetivos estratégicos (de longo prazo). Considerando os resultados esperados, as influências dos ambientes internos e externos, além do apetite a riscos, define-se o escopo e os critérios a serem considerados na gestão integrada de riscos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Identificar Riscos

Os riscos empresariais relacionados aos objetivos estratégicos da Companhia (contexto) são identificados e priorizados para assegurar que quaisquer materializações que venham a ocorrer sejam conhecidas previamente e geridas em um nível aceitável. Os riscos aos quais a Companhia está exposta podem ser identificados por meio de uma série de instrumentos, incluindo:

- **Questionários de risco:** a alta administração da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta. Os cenários de risco são observados e catalogados;
- **Ciclos de entrevistas:** os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;
- **Auditorias de processos:** os processos da Companhia são auditados e avaliados, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Neste processo, matrizes de riscos são criadas ou atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de possíveis ameaças/fraquezas.
- **Analisar Riscos:** A área de Auditoria Interna em conjunto com o Comitê de Auditoria e a Presidência, analisam as fontes de riscos, áreas afetadas, causas e consequências potenciais que podem influenciar adversamente as metas e/ou os objetivos estratégicos.

A análise de riscos visa promover o entendimento do nível de risco e de sua natureza, auxiliando na definição de prioridades e opções de tratamento aos riscos identificados. Por meio dela, é possível avaliar a probabilidade de os riscos virem a acontecer e calcular seus respectivos impactos nos processos da Companhia.

A metodologia utilizada pela Companhia contempla análises qualitativa, quantitativa e semiquantitativa, visando à definição do impacto e da vulnerabilidade de cada risco:

- A **análise qualitativa** consiste na utilização de descrições de palavras e escalas, para mensuração das consequências de um determinado risco e da probabilidade de sua ocorrência.
- A **análise quantitativa** utiliza apenas valores numéricos para mensurar a amplitude do impacto e da frequência da ocorrência dos riscos.
- A **análise semiquantitativa** consiste na combinação das análises qualitativa e quantitativa, que por sua vez proporciona duas vantagens: i) menor complexidade e custo operacional quando comparado com o método quantitativo; e ii) maior grau de objetividade quando comparado com o método qualitativo.

- Avaliar Riscos

Após a identificação e análise de cada incerteza, com base nos instrumentos mencionados acima, a avaliação dos riscos é realizada utilizando-se as melhores práticas de mercado e após a identificação e análise de cada incerteza, a Diretoria Financeira e a Presidência avaliam riscos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Mitigar os Riscos

Nesta etapa do processo, busca-se limitar a exposição ao risco, e são consideradas ações para implementar ou aprimorar procedimentos de controle que visem evitar, reduzir ou mitigar os riscos, transferir ou compartilhar tais riscos, ou, ainda, aceitá-los, de acordo com cada cenário em questão:

- **Evitar o Risco:** consiste na eliminação total do risco, decidindo-se por descontinuar a atividade que seja fonte do risco. É necessário avaliar se, evitando-se um risco, tal decisão não aumentaria a possibilidade de outro ocorrer.
- **Reduzir ou Mitigar o Risco:** consiste em implementar ou aprimorar atividades de controles, com o objetivo de reduzir o impacto e a frequência da ocorrência do risco, onde seu benefício deverá ser maior do que seu custo. (Ex: trabalhos de revisão criteriosa, check-list das atividades, contratação de sistemas informatizados, segregação de funções etc.).
- **Transferir ou Compartilhar o Risco:** consiste em transferir ou compartilhar com outras partes os impactos provocados pelo risco, geralmente buscando a reparação das perdas, reduzindo o risco a um nível compatível com as tolerâncias aceitáveis pela Companhia.
- **Aceitar o Risco:** consiste em aceitar o risco, atuando na implantação de práticas de gestão e controle, de caráter preventivo, ou seja, reduzindo a frequência e o impacto das ocorrências do risco (Ex: regulamentos, políticas, plano de continuidade de negócios etc.).

São considerados ainda os custos para implementação de tal plano de ação, através de um balanço entre as ações para tratamento dos riscos e seu potencial de impacto.

- Monitorar os Riscos

Para que a gestão integrada de riscos seja efetiva, os Risk Owners e Process Owners, definidos pela Presidência e Diretoria Financeira, devem acompanhar os riscos identificados e priorizados, com base nas melhores práticas de gestão integrada de riscos estabelecidas pela Companhia. Os riscos prioritários recebem monitoramento especial, uma vez considerada sua probabilidade de ocorrência e impacto.

Caso a opção seja aceitar o risco, devem ser estabelecidas métricas de monitoramento. Além disso, os planos de ação/mitigação para reduzir exposição a riscos são monitorados através de KRI's (Key Risk Indicators), com indicação de responsáveis e prazos de conclusão. O monitoramento dos riscos inclui:

- Avaliação realizada junto ao gestor, maior conhecedor do processo, que julga os riscos identificados com relação à probabilidade de ocorrência e a consequência dessa exposição ao risco, caso se materialize;
- Identificação e acompanhamento de eventuais eventos e mudanças nos cenários interno e externo (como mudanças na estrutura de governança e operacional, influências geopolíticas e sociais e negociações de contratos, entre outros);
- Avaliação da eficácia dos objetivos traçados e identificação de eventuais falhas nos planos de ação elaborados;
- Acompanhamento das estratégias de mitigação dos riscos e do atingimento dos resultados esperados, considerando o apetite a riscos e os critérios da gestão integrada de riscos;
- Verificação da continuidade do alinhamento entre a Política de Gestão de Riscos e a estratégia e os objetivos de negócios.

Tal monitoramento possui caráter cíclico e dinâmico, o que possibilita uma atuação proativa em relação a eventuais novos riscos ou qualquer alteração no potencial dos mesmos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Informação e Comunicação

A Companhia adota uma postura de divulgação e comunicação no âmbito interno em relação à sua gestão de riscos aos níveis de Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretoria, Gerências e Comitês, e tem como objetivo conscientizar e capacitar continuamente os empregados para a disseminação da cultura de riscos. Para tal, são utilizados os sistemas de informação e tecnologias existentes na Companhia.

A Companhia promove a cultura da gestão de riscos por meio da elaboração e divulgação de informações e comunicações sobre riscos, cultura e performance, direcionadas a todos os níveis e à Companhia como um todo, às empresas controladas e coligadas. Como ferramentas para essas ações, são padronizados os conceitos e disseminados os procedimentos relacionados à gestão integrada dos riscos.

### **Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

A Companhia entende que a correta estruturação do gerenciamento de riscos resulta em decisões oportunas e apropriadas que asseguram o uso eficiente dos recursos, minimizando incertezas e maximizando oportunidades. Desse modo, o modelo de estruturação da gestão de riscos é composto pelas seguintes estruturas organizacionais: (i) Diretor Presidente (CEO); (ii) Diretoria Financeira; (iii) Diretoria; (iv) Gestores das Áreas de Negócios e Funcionais; (v) área de Auditoria Interna própria; (vi) Comitê de Auditoria; (vii) Conselho de Administração; e (viii) Controles Internos integrado a Auditoria Interna.

Compete a cada uma das estruturas organizacionais:

#### **(i) Diretor Presidente (CEO)**

- Responsável final pela gestão dos riscos da Companhia;
- Define diretrizes, recursos e metas que garantam o bom funcionamento da gestão de riscos;
- Promove a integração da gestão de riscos com os ciclos de gestão e planejamento da Companhia;
- Garante a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos.

#### **(ii) Diretoria Financeira**

- Elabora o planejamento e assegura a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais;
- Avalia os riscos da Companhia por unidades de negócio e portfólio;
- Consolida e comunica o portfólio de riscos prioritários da organização;
- Desenvolve, dissemina e recomenda processos e procedimentos para a gestão dos riscos prioritários;
- Desenvolve, testa e implementa modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos;
- Avalia e propõe estratégias de mitigação dos riscos;
- Emite parecer sobre a viabilidade das operações relacionadas aos riscos prioritários;
- Executa as tarefas que permitirão realizar um adequado monitoramento dos riscos prioritários;
- Assegura a manutenção das normas de riscos e verifica o cumprimento dos limites estabelecidos;
- Assessoria as áreas de negócios na identificação e avaliação do impacto dos diversos tipos de riscos envolvidos;
- Suporta as áreas de negócios na definição do plano de ação/contingência;
- Atua como verificador na gestão de riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### (iii) Diretoria

- A Diretoria é solidária e comprometida na gestão de riscos, através do conhecimento e compreensão dos mesmos e da implantação de um macro modelo eficiente de gestão de riscos.
- Participa na validação e priorização dos riscos;
- Acompanha as estratégias de mitigação dos riscos prioritários.

### (iv) Gestores das Áreas de Negócios e Funcionais

- Identificam e gerenciam os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação;
- Implementam os planos e acompanham as ações corretivas e/ou preventivas nas áreas responsáveis pelos riscos.

### (v) Área de Auditoria Interna

- Afere a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, da adequação dos controles e dos processos de governança da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva.

### (vi) Comitê de Auditoria

- Acompanha as atividades da auditoria interna, de Controles Internos e Compliance da Companhia;
- Avalia e monitora as exposições a riscos de todas as naturezas, por meio do diagnóstico das fontes de risco das atividades da Companhia;
- Avalia a adequação dos modelos de aferição dos riscos citados, bem como dos testes de aderência e validação dos modelos utilizados;
- Analisa e opina sobre as diretrizes e políticas de gestão de risco empresariais, principalmente na estimativa de impacto financeiro das perdas inesperadas em situação normal e de estresse;
- Analisa e opina sobre as informações gerenciais e contábeis divulgadas ao público e órgãos reguladores no que tange o perfil e controle de risco da Companhia;
- Avalia a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos.

### (vii) Conselho de Administração:

- Aprova a Política de Gestão de Riscos e a revisa sempre que necessário;
- Identifica, supervisiona e acompanha os riscos aos quais a Companhia estiver exposta, sejam eles de qualquer natureza;
- Acompanha a implementação da Política de Gestão de Riscos e assegura a existência de plano de administração de crises que permita a Companhia ultrapassá-las de forma segura.

### (viii) Atividades de Controles Internos:

- Identifica e caracteriza quais riscos podem afetar a Companhia;
- Planeja as respostas aos riscos com intuito de reduzir as ameaças à Companhia;
- Fornece apoio às Áreas de Negócios sobre o processo de gerenciamento de riscos;
- Avalia os riscos identificados pelos gestores das Áreas de Negócios da Companhia;
- Fornece informações precisas, íntegras e suficientes sobre o processo de gerenciamento de riscos.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os membros da Companhia, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos. A estrutura de gestão de riscos

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

da Companhia é baseada no COSO-ERM, que recomenda a gestão de riscos através do modelo das três linhas de defesa:

- **1ª Linha de Defesa:** a primeira linha de defesa está associada à linha de frente dos negócios da Companhia e inclui todos diretamente competentes para a execução dos controles e implementação das respostas aos riscos. Esta categoria é composta pelos Gestores das Áreas de Negócios e Funcionais.
- **2ª Linha de Defesa:** a segunda linha de defesa refere-se aos responsáveis pelos controles da Companhia, com atribuições para fixar as diretrizes de gestão de riscos e supervisionar o cumprimento destas diretrizes. Esta categoria contempla as atividades de Controles Internos e riscos corporativos da Companhia, cujos membros não acumulam outras atividades operacionais. As atividades de controles internos, gestão de riscos e compliance são reportados à presidência e ao Comitê de Auditoria, bem como questões meramente administrativas à Diretoria da Companhia. No exercício de suas funções, Controles Internos conta como auxílio de outras áreas da Companhia, como a Controladoria.
- **3ª Linha de Defesa:** a terceira linha de defesa refere-se à Área de Auditoria Interna, a quem compete aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, da adequação dos controles e dos processos de governança da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva. A Área de Auditoria Interna se reporta ao Presidente e ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria.

Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

### **(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

Com base nas informações descritas nesta seção 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos.

#### **Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Política de Gerenciamento de Riscos mencionada neste Formulário de Referência, aprovada em 17/6/2021 pelo Conselho de Administração, cobre também riscos de mercado, incluídos em "Riscos Financeiros" (conforme definido na referida política).

### **(i) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**

#### **Riscos de mercado para os quais se busca proteção**

### **(ii) Administração de risco de taxa de juros**

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela TJLP, BNDES ou CDI e fiança indexada em USD, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado).

Risco de crédito

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia, conforme política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia periodicamente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado para a compra de mudas e cultivares.

A Companhia adotou diversas providências para mitigar o risco de crédito, como a criação de políticas de crédito e de cobrança aprovadas pelo Conselho Administração em 03 de dezembro de 2014. Dentre os principais pontos da política de crédito e cobrança estão: processo de concessão de crédito, classificação do rating individual e alçadas de aprovação, definições de condições de recebimento, modalidades de recebimento, metodologia de cobrança, formas de negociação de títulos em atraso, critérios de reconhecimento de provisão de perda.

### (iii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia procura manter baixos níveis de alavancagem e financiar 100% de seus projetos por meio de dívidas em reais, visando eliminar o risco de moeda em seu balanço. Dessa forma, devido à baixa exposição a moedas estrangeiras, a Companhia não realiza hedge cambial no momento.

No que diz respeito ao risco de taxa de juros da Companhia, esse decorre substancialmente de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. Tais instrumentos financeiros são subordinados, principalmente, a taxas de juros vinculadas pré-fixadas, gerando maior segurança em relação a oscilações de juros.

Adicionalmente, os contratos de arrendamento, em geral, eram atualizados pela variação anual do IGP-M, sendo que, a partir de março de 2021, passaram a ser atualizados pelo IPCA, conforme estabelecido nos contratos. A Companhia monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios.

Como a Companhia possui uma subsidiária integral nos Estados Unidos, os aportes e reembolsos aplicáveis a essas transações podem vir a ter hedge de curto prazo contratado.

### (iv) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos para proteção patrimonial (hedge) e quando sua eventual utilização se faz necessária, a decisão é submetida à aprovação do Conselho de Administração, da diretoria e presidência.

### (v) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia busca gerir o fluxo de caixa estabelecendo critérios de posições de caixa mínimo e busca mitigar a exposição por meio de negociações de linhas de financiamentos com custos mais baixos.

### (vi) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não opera instrumentos financeiros para proteção patrimonial (hedge) ou objetivos diversos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### (vii) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os riscos por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a Diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas acordadas. A área Financeira faz o acompanhamento mensal dos nossos principais números para acompanhar e corrigir possíveis desvios. Adicionalmente, a Companhia implementou o SAP em 2014/2015 (Sistema Integrado de Gestão Empresarial SAP-ERP), o que contribui para o gerenciamento, padronização e acurácia das informações. Periodicamente, o acompanhamento dos riscos e planos de ação correspondentes são submetidos ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, em níveis distintos de detalhamento.

#### **a) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Nossos riscos são monitorados de forma contínua por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar. Ajustes de eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados à medida que se julguem necessários. Possuímos extensa lista de normas e procedimentos operacionais e financeiros, derivados das melhores práticas de cada processo em cada área de atuação da Companhia, que são utilizadas nas atividades diárias dos colaboradores do CTC. Essas normas e procedimentos são revisados periodicamente e servem como base de parte do trabalho da auditoria interna. Em face da adoção dos procedimentos ora descritos, entendemos que nossa estrutura operacional de controles internos é adequada para verificação da efetividade de nossa política de gerenciamento de riscos.

#### Monitoramento Periódico

A Companhia adota um modelo de monitoramento periódico do gerenciamento de riscos, avaliando a eficácia dos objetivos traçados e identificando eventuais falhas nos planos de ação elaborados. Tal monitoramento possui caráter cíclico e dinâmico, o que possibilita uma atuação proativa em relação a eventuais novos riscos ou qualquer alteração no potencial dos mesmos.



## 5.2 Descrição dos controles internos

### **(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, tendo formalizado, em 2014, a criação do Comitê de Auditoria, de forma a aprimorar a estrutura de controles internos e seu grau de eficiência. Os controles internos são pautados em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como o "Internal Control – Integrated Framework" ("Controles Internos – Modelo Integrado") da Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).

Os controles internos são revisados e testados anualmente. Se há identificação de fragilidade no processo, planos de ação para mitigar as fragilidades são elaborados, e, se houver necessidade, novos controles são implementados.

A Companhia realiza o trabalho de auditoria interna através de sua equipe que se reporta ao Presidente e Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria.

A definição de escopo para o plano anual é definida entre a administração da Companhia e o Comitê de Auditoria e, reportado ao Conselho de Administração para aprovação.

Além disso, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, que a Companhia considera suficientes dado o seu tipo de atividade e o volume de transações que realiza.

Como exemplos dos controles internos adotados pela Companhia, podemos citar:

- Formalização do Manual de Controles Internos e Práticas Contábeis, atualizado periodicamente para conferir embasamento à preparação das demonstrações financeiras;
- Revisão anual dos controles internos e realização de testes. Se há identificação de fragilidade no processo, planos de ação para mitigar as fragilidades são elaborados, e, se houver necessidade novos controles são implementados;
- Reconciliação das contas contábeis;
- Adoção de sistemas de aprovação por alçada; e

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Com base nos relatórios apresentados pela auditoria interna, concluiu-se que, em 31 de março de 2023, a Companhia mantinha controles internos adequados e eficientes sobre os relatórios financeiros, baseado nos critérios adotados de Internal Control – Integrated Framework emitido pelo COSO.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### (b) Estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional envolvida na elaboração das demonstrações financeiras contempla:

- **Área de Contabilidade:** Responsável por elaborar as demonstrações financeiras;
- **Área de Controladoria e Diretoria Financeira:** Responsáveis pela revisão das demonstrações financeiras;
- **Comitê de Auditoria:** Responsáveis por avaliar as demonstrações financeiras e encaminhar recomendação para o Conselho de Administração.
- **Conselho de Administração:** Responsáveis por aprovar as demonstrações financeiras.

As estruturas envolvidas na elaboração das demonstrações financeiras, descritas acima, estão plenamente operacionais desde agosto de 2014. O Comitê de Auditoria, que já estava operacional desde 2015, foi reestruturado e teve a sua composição alterada para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Para maiores informações, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

### (c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes. O Comitê de Auditoria é órgão vinculado ao Conselho de Administração, dispondo de autonomia operacional e dotação orçamentária para o desempenho de suas funções.

Na execução de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria mantém relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, a Área de Auditoria Interna, a Área de Controles Internos, os auditores independentes e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, visando a garantir a eficácia dos controles internos, estão:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) acompanhar as atividades da Área de Auditoria Interna e da Área de Controles Internos; (iii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iv) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas; e (v) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos.

### (d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia conduzidos pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, foram efetuados com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Referido estudo, considera as limitações inerentes ao processo de auditoria das demonstrações contábeis e não necessariamente permite identificar todas as deficiências dos controles internos da Companhia.

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2023, emitiram comunicação de deficiências de controles internos e não identificaram deficiências significativas.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia conduzidos pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, foram efetuados com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Referido estudo, considera as limitações inerentes ao processo de auditoria das demonstrações contábeis e não necessariamente permite identificar todas as deficiências dos controles internos da Companhia.

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2023, emitiram comunicação de deficiências de controles internos e não identificaram deficiências significativas.

### 5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

**(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:**

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta revisado e aprovado em 17/06/2021 pelo Conselho de Administração e disponível no <http://ri.ctc.com.br/>

O Código de Ética e Conduta define os valores e princípios básicos da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) saúde, segurança do trabalho e meio ambiente; (ii) respeito aos direitos humanos e promoção de um ambiente de trabalho inclusivo e diverso; (iii) competição leal e íntegra e transições éticas e lícitas; (iv) brindes, presentes e hospitalidades; (v) conflitos de interesses; (vi) relacionamento com fornecedor; e (vii) uso e proteção dos recursos e informações.

Na Reunião do Conselho de Administração de 17/06/2021 foi aprovado, ainda, as políticas de Anticorrupção, Transações com Partes Relacionadas e Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades.

Dentre os mecanismos que compõem o Programa de Compliance da Companhia, pode-se destacar: (i) a divulgação das políticas, Código de Ética e canal de denúncias; (ii) condução de investigações para apurar os relatos recebidos por seus canais de denúncias ou solicitações internas da administração; (iii) adoção de cláusulas junto a terceiros para garantir o cumprimento às leis anticorrupção e de proteção de dados e políticas internas relacionadas, e (iv) treinamentos periódicos.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:**

A Área de Compliance/Diretoria Jurídica é responsável por garantir a aplicação e monitorar a efetividade do Código de Ética e Conduta e políticas relacionadas, bem como sugerir o seu aperfeiçoamento e a sua atualização, sempre que necessário, submetendo-o à aprovação do Conselho de Administração.

Além disso, as atribuições da Área de Compliance/Diretoria Jurídica, coordenador e integrante fixo do Comitê de Ética da Companhia, incluem, entre outras:

- Conduzir e documentar investigações internas de violações às normas de integridade e recomendar a contratação de investigação independente, quando necessário;
- Reportar periodicamente os resultados das investigações ao Comitê de Auditoria;
- Esclarecer dúvidas dos colaboradores da Companhia relacionadas ao programa de compliance; e
- Treinar os colaboradores da Companhia de forma periódica sobre o conteúdo do Código de Ética e Conduta e demais políticas e procedimentos da Companhia.

O Comitê de Auditoria recebe os reportes periódicos acerca das denúncias realizadas nos canais de ética e do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além do Código de Ética e Conduta e demais políticas e procedimentos, cabendo a ele fazer recomendações bem como indicar um membro para participar do Comitê de Ética quando necessário.

Por sua vez, o Conselho de Administração é responsável por avaliar e aprovar o Código de Ética e Conduta e

### 5.3 Programa de integridade

todas as demais políticas do programa de compliance da Companhia, bem como avaliar a sua efetividade.

A Área de Compliance/Diretoria Jurídica possui autonomia para acionar a alta administração da Companhia quando necessário.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia possui o Código de Ética e Conduta, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17/6/2021

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

O Código de Ética e Conduta da Companhia se aplica a todos os colaboradores, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo diretores, conselheiros de administração, conselheiros fiscais e empregados da Companhia, além de terceiros, tais como, prestadores de serviço, fornecedores, consultores e quem quer que exerça atividades em nome ou em benefício da Companhia.

O Código de Ética e Conduta da Companhia também norteia o seu relacionamento com os seus clientes, fornecedores, parceiros e negócios, acionistas, associações e entidades de classe, consultores e concorrentes, assim como com a imprensa e com órgãos governamentais, estabelecendo diretrizes claras para que sempre haja uma interação transparente, coerente e idônea entre os mesmos e a Companhia.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Quaisquer violações ao Código de Ética e Conduta, às demais políticas, procedimentos e orientações da Companhia ou à legislação vigente sujeitarão os infratores a consequências, que incluem advertência verbal ou formal, suspensão ou demissão. As medidas disciplinares serão aplicadas considerando o tipo de violação, sua gravidade e a legislação aplicável. Caso as violações praticadas configurarem crime, as autoridades competentes serão comunicadas, sem prejuízo das demais previsões acima descritas. As sanções constam do Código de Ética e Conduta e procedimentos da área de Recursos Humanos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 17/6/2021. Atualmente, o Código de Ética e Conduta pode ser consultado no site: <https://ri.ctc.com.br> e nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, respectivamente, [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br) e [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br).

**(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

A Companhia disponibiliza ao público um canal de denúncias, chamado “Canal de Ética” gerido pela IAUDIT – Assessoria Empresarial Ltda., uma empresa terceirizada que garante o sigilo dos relatos. Por meio deste canal é possível reportar e relatar situações de qualquer natureza relacionadas a possíveis infrações ou desconformidades com a legislação, o Código de Ética e Conduta ou os valores da Companhia.

A Companhia entende que a terceirização do serviço demonstra o seu comprometimento e preocupação em manter um ambiente seguro e independente para a apuração de denúncias, tanto internas quanto externas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O Canal de Ética da Companhia está disponível tanto para denúncias de seus colaboradores, quanto para

### 5.3 Programa de integridade

denúncias de terceiros, e é acessível 24h por dia pela internet ou por telefone. O canal pode ser acessado, de forma gratuita, pelos seguintes meios:

- Telefone: 0800 771 8199, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 20:00h
- Caixa Postal: 0800 771 8199, de segunda a sexta-feira, após horário acima, finais de semana e feriados.
- E-mail: [canaldeetica.ctc@iaudit.com.br](mailto:canaldeetica.ctc@iaudit.com.br)
- Hot site: <https://denuncia.iaudit.com.br/sistema/ctc>
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e**

Os denunciantes podem optar por se identificar ou não ao apresentar a denúncia, assegurando-se anonimato aos que assim desejarem. As denúncias não implicarão em retaliação ou represália aos denunciantes de boa-fé, nem em bonificação ou reconhecimento dos mesmos pela declaração de tais situações. Ressaltamos, ainda, que o anonimato do denunciante, assim como eventuais pessoas envolvidas, será preservado pela Companhia e que as investigações são conduzidas de forma confidencial.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são preliminarmente apuradas pela IAUDIT – Assessoria Empresarial Ltda., empresa responsável por gerenciar e garantir o adequado funcionamento do canal de denúncias. Quando pertinentes, a empresa terceirizada as direciona para a área de Controles Internos e Compliance, que é responsável por conduzir e documentar investigações internas de violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente.

Após as apurações necessárias pelo Comitê de Ética a (composto preliminarmente por membros da área de Recursos Humanos e pela área de Compliance/Diretoria jurídica) reporta os resultados ao Comitê de Auditoria. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou fusões, aquisições ou reestruturações societárias até o momento.

**(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não foram confirmados nenhum caso de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos nos últimos 3 exercícios sociais.

**(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, considerando que, conforme descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas que favorecem a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## 5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta e na Política de Gestão de Riscos adotada.

Adicionalmente, coloca-se que a Política de Gestão de Riscos é revista anualmente com o intuito de aperfeiçoar e reforçar itens específicos, como detalhar a governança de comunicação já em curso na Companhia, mas, como apontado anteriormente, sem alterações no gerenciamento de riscos.

**5.5 Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes com relação a este item.